

RESUMO

Sasada MMY. *Avaliação auditiva em recém-nascidos e lactentes internados em Unidade de Cuidados Intensivos e Intermediários* [dissertação]. São Paulo, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2004. 155p.

Introdução: A prevalência de perda auditiva em recém-nascidos (RN) normais e lactentes é estimada em 1,5 a 6/1.000 nascidos vivos, sendo que naqueles considerados de alto risco varia de 1,5 a 17%. **Objetivos:** Verificar a prevalência de deficiência auditiva adquirida em RN e lactentes que ficaram internados em unidade de cuidados intensivos (UTI) e intermediários; relacionar a deficiência auditiva com a existência de fatores de risco para este evento e determinar o nível anatômico da lesão nos RN que apresentarem esta deficiência. **Métodos:** Estudo de coorte prospectivo no período de setembro de 2003 a março de 2004, com 71 recém-nascidos de três Hospitais da cidade de São Paulo, com populações de características semelhantes. Em relação ao sexo, 26 (36,62%) eram do sexo feminino e 45 (63,38%) do masculino; a média de peso e idade gestacional ao nascimento foi 2.480,63g (825g-4215g) e 36,14 semanas (25,57 – 41,57 semanas), respectivamente. Os 71 RN realizaram a primeira avaliação auditiva utilizando o método de emissão otoacústica evocada transiente (EOAET) aplicado durante a internação hospitalar. A segunda avaliação foi ambulatorial e além de o método de EOAET foi aplicado também o de audiometria de tronco cerebral (ABR). A média de idade cronológica e idade gestacional corrigida na primeira avaliação auditiva foi 19,36 dias e 38,86 semanas, enquanto na segunda avaliação foi 73,50 dias e 46,61 semanas, respectivamente. Os fatores de risco escolhidos para testar uma possível relação com deficiência auditiva foram: perinatais, respiratórios, infecciosos, metabólicos, uso de equipamentos e outros, como: tempo de ventilação mecânica, utilização de oxigenioterapia não invasiva, tempo de incubadora e tempo de internação na UTI, fármacos ototóxicos, neurológicos, insuficiência renal e retinopatia da prematuridade. Os dados foram avaliados descritivamente pelo cálculo de médias e proporções, análise inferencial e teste de concordância entre a primeira e segunda avaliação audiológica. **Resultados:** Dos 71 RN avaliados, 23 (32,39%) apresentaram alteração auditiva, sendo 8 (30,77%) do sexo feminino e 15 (33,33%) do masculino. Em relação à lateralidade, 11 (47,83%) RN apresentaram alterações unilaterais e 12 (52,17%) bilaterais e em relação ao local da lesão, 14 (60,87%) apresentaram alterações cocleares, 1 (4,35%) retrococlear e 8 (34,78%) mista. A alteração auditiva esteve estatisticamente associada com: RN pequeno para a idade gestacional, apnéia, hipocalcemia, uso de dois ou mais fármacos ototóxicos, amicacina e furosemida. Houve fraca concordância entre as duas avaliações realizadas com EOAET ($k=0,138$, intervalo de confiança (95%)=[0; 0,364]). **Conclusões:** a prevalência de perda auditiva nos RN e lactentes internados nas unidades de cuidados intensivos e intermediários foi mais elevada do que a da citada na literatura. Houve associação estatística com seis fatores de risco estudados e não houve diferença entre o comprometimento unilateral e bilateral, com predomínio da frequência de alterações cocleares, seguidas de alterações mistas e retrococleares.